



■ EDITORIAL

Efeitos colaterais
de uma causa justa

Com a continuação da greve dos docentes da Universidade Federal de Alagoas, volta à tona a velha polêmica sobre os prejuízos sofridos em função da paralisação, pelos estudantes, em particular, e pelo ensino, no geral. O fato incontornável é que tempo não se repõe. E a famosa "reposição de aulas", como a vida tem demonstrado, é muito mais um procedimento burocrático do que uma tentativa real de ir-se em busca do tempo perdido, pelo menos por intermédio de alguma forma criativa e intensamente produtiva.

Salvo exceções (ainda não conhecidas) a chamada "reposição de aulas" corresponde a um certo esforço de preenchimento do que antigamente chamava-se "diário de classe". Verifica-se um apressamento das aulas e demais tarefas curriculares, mais das vezes, com a colaboração do corpo docente, para quem o mal maior seria a anulação formal do semestre ou do ano letivo.

É justa a demanda do corpo docente e dos demais funcionários das universidades públicas. Batalhar por melhores salários é um direito inalienável. O problema, neste caso, e em todas as demais paralisações dos serviços públicos, é que quem paga o pato é o público usuário, a sociedade. Os governos (em quaisquer níveis) pouco ou nada perdem com os dias parados, até economizam na conta de energia e de outros insumos. Os grevistas perdem menos ainda, pois nenhum dia parado é descontado. Fala-se que sequer as férias seriam afetadas pela "reposição de aulas". Nunca foi tão fácil lutar.

Difícil, senão impossível, é recuperar os prejuízos num segmento onde o País tem uma gigantesca necessidade de ser muito mais proficiente. Como nunca, a educação é estratégica para o Brasil, em função do bem-aventurado ciclo de crescimento econômico e inserção social.

Professores e funcionários do sistema público de educação superior têm razão ao lutar por melhores salários. Mas a forma de luta optada é desastrosa para o resto da sociedade. Criar novos formatos para esta lide é um dever de casa que o sindicalismo dos trabalhadores dos serviços públicos precisa fazer com urgência.